

História e Cultura Indígena para alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha em Pires do Rio - Goiás

Elica Vieira Soares* (IC), Juliana Ferreira de Souza Rodrigues (IC), Maiara Cristina dos Santos Favoritto (IC), Nicolle Marques Meirelles de Araújo (IC), Roberta do Carmo Ribeiro (PQ), Sandra de Paula Ribeiro Neckel (FM).

Universidade Estadual de Goiás – UnU de Pires do Rio
Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha

Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto desenvolvido na instituição parceira, Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha em Pires do Rio, sobre História e Cultura Indígena para alunos do Ensino Médio. A atividade faz parte do conjunto de ações realizadas no âmbito do Subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid). O intuito é o de superar alguns desafios na aplicabilidade da Lei 11.645/2008, que determina a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos da Educação Básica, conforme observado nas discussões propostas pelos professores Zilfran Fontenele e Maria Cavalcante no artigo *Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena* (2020). Além da necessidade do desenvolvimento de conteúdos que tratam do tema, constatamos ser de fundamental importância pensar sobre a formação inicial e continuada de professores. Nesse sentido, a prática de ensino executada na escola parceira possibilitou importantes reflexões envolvendo pluralidade, formação de nossa sociedade e valorização de diferentes grupos étnicos. Trata-se de tema relevante que contribui para o exercício da cidadania e democracia no Brasil, reforçando a formação do acadêmico em História numa perspectiva multicultural, de modo a incluir informações sobre os principais grupos formadores da cultura brasileira.

Palavras-chave: História. Indígena. Pluralidade. Professores. Ensino. Formação.

Introdução

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem como um dos principais objetivos o de elevar a qualidade da formação inicial de professores/as nos cursos de licenciatura (Edital Capes 02/2020). Partindo dessa premissa e de uma demanda da escola parceira, o subprojeto de História da Unidade Universitária de Pires do Rio desenvolveu a temática de História e Cultura Indígena para alunos do Ensino Médio, atendendo exigência

* elicasoares14@gmail.com

da legislação vigente, mas ao mesmo tempo reconhecendo a importância intrínseca de tais debates, que expandem os horizontes culturais e humanísticos dos acadêmicos, possibilitando a aproximação com elementos culturais que em outras circunstâncias seriam de difícil acesso ou mesmo de irregular interesse, uma vez que não estaria, supomos, naturalmente, em seus horizontes de expectativa. Coube, neste sentido, a universidade provocar tal interesse, cumprindo seu papel pedagógico e formador.

De acordo com Fontenele e Cavalcante:

Com a LDB, Lei n. 9394/1996, tivemos o marco legal para a estruturação da educação no Brasil, estabelecendo princípios, determinações e finalidades, entre outros aspectos e, em 2004, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2005). Vale ressaltar que apesar de o título enfatizar discussões relacionadas à História e Cultura de origem negras, em várias passagens do texto são abordadas as questões referentes a indígenas, bem como por analogia, vários aspectos dessas diretrizes se aplicam a todas as etnias. (2020, p. 05)

A mudança na legislação foi um marco fundamental, porém, embora tenhamos a Lei 11.645/2008 que determina a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos da Educação Básica, é possível perceber ainda algumas dificuldades para a sua abordagem em sala de aula. Sejam por questões envolvendo a estrutura dos currículos, sejam por aspectos envolvendo a formação inicial e continuada de professores. Sabemos, por exemplo, que o material didático formativo sobre esses temas começaram a ser recentemente na academia, não alcançando, por enquanto, um grande grupo de estudantes e professores.

Um exemplo destacado é a pesquisa realizada pela professora Dr^a. Poliene Soares dos Santos Bicalho, historiadora formada pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e com doutorado pela Universidade de Brasília (UnB), professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) na unidade de Ciências Humanas e Economia de Anápolis, que se especializou em estudos indígenas e tem realizado pesquisas na área, expandindo sua zona de interesse para a produção de material didático para uso no ensino médio e fundamental. Entre os trabalhos da professora Bicalho está o livro sobre *Artes Indígenas no Cerrado: Saberes, Educação e Museus* (2018), lançado na coleção Tessituras

do Cerrado, do Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER). Segue em andamento uma pesquisa sobre literatura produzida por indígenas, tanto em língua nativa quanto em vernáculo normativo. Esperamos que tais trabalhos alcancem um maior número de escolas, professores e alunos.

Certamente, tais iniciativas foram e, certamente, serão fortalecidas pela ampliação de escopo da citada lei. Portanto, uma reflexão válida sobre esse cenário seria a de que:

mudanças na legislação que impactam, não somente no conteúdo, como também na forma como se deve trabalhar o ensino em geral e a História em particular, demandam maior fiscalização sobre o seu cumprimento e eficientes processos de formação docente, sob risco de não serem atingidos os objetivos propostos. E esses processos devem ser incentivados pelos órgãos governamentais e pelos gestores escolares. Incentivos que vão de benefícios salariais a melhorias nas condições de trabalho e uma melhor organização do espaço-tempo.

A formação continuada deve ser inserida no cotidiano das escolas, como forma de garantir que a educação básica acompanhe as mudanças legais e as transformações gerais que interferem no cotidiano dos alunos, evitando um distanciamento entre a escola e a vida. (FONTENELE e CAVALCANTE, 2020, p. 13)

A atividade desenvolvida na escola parceira possibilitou aos bolsistas e voluntários do projeto, bem como os alunos da escola parceira, empreenderem uma reflexão crítica a respeito da contribuição dos povos indígenas para a formação histórica nacional.

Material e Métodos

Tendo em vista o contexto de pandemia da Covid-19 foi necessária a adoção de materiais e métodos tendo as tecnologias como principal aliada no processo de ensino e aprendizagem. As atividades foram desenvolvidas no formato remoto. Os materiais produzidos incluíram apresentação de slides, textos de apoio para os alunos, atividades de verificação de aprendizagem e vídeoaulas. Para a mediação foram utilizadas plataformas do Google meet, e-mail e o aplicativo de mensagens WhatsApp.

Apesar das dificuldades, podemos considerar que tal metodologia, ainda que desenvolvida pela força das circunstâncias, ajudou os alunos a

desenvolverem prática no uso da tecnologia como mediadora do processo de ensino e aprendizagem. Do mesmo modo, diversificou o modo de organização e desenvolvimento do debate acadêmico, criando um diálogo remoto e virtual que gerou resultados práticos e reais, tanto na escola parceira quanto no contexto da universidade.

Resultados e Discussão

O aspecto mais importante do debate promovido pelos participantes do projeto foi a tentativa de escapar do senso comum que, em diversas ocasiões, domina a temática indígena no contexto escolar e social. Não é incomum encontrarmos livros didáticos que insistem na apresentação do indígena como parte cristalizada do folclore, tornando-o uma figura bidimensional e desprovida de caráter individual, sendo necessariamente parte de um grupo compacto. Os elementos de descrição física não variam muito da presença de penas na indumentária, cabelo cortado na forma de cuia, pintura corporal e arco e flecha. Para tal perspectiva redutora, os indígenas são criaturas congeladas em 1500, quando os portugueses desembarcaram nas praias brasileiras, começando o processo de colonização do Brasil.

Essa descrição ignora as conquistas realizadas pelas etnias indígenas, sobretudo nas últimas décadas, envolvendo um lento, mas constante, processo de demarcação de terras, que ganhou amplo desenvolvimento a partir da Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, de certo modo contraditório, esse mesmo contexto fomentou a tutela dos indivíduos indígenas por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai), criando um tipo especial de cidadania brasileira. Seja como for, essa condição promoveu uma ampliação nos projetos de alfabetização e entrada de indígenas em cursos de nível universitário, promovendo a inclusão profissional de diversos membros de comunidades indígenas, dentro e fora do contexto das aldeias. Esses projetos promoveram de forma paralela a integração social de diversos indígenas às comunidades comuns, gerando um outro foco de polêmica: tal integração é um novo modo de aculturação?

É possível que sim, mas escolhas pessoais não podem jamais ser impostas ou movidas unicamente por leis. Na verdade, não há motivo para

esses debates serem sempre vistos pelos aspectos negativos. Esse novo cenário multicultural, sim, pode significar um novo estágio da colaboração dos povos indígenas na formação da cultura brasileira. A cultura indígena é parte integrante da cultura brasileira como um todo, não de forma imposta, de cima para baixo ou de baixo para cima, mas como parte de uma circularidade cultural, conforme apresentada pelo historiador Carlo Ginzburg no livro *O Queijo e os Vermes* (1987). Neste sentido, a cultura indígena influenciou a cultura brasileira, assim como a cultura brasileira de raiz portuguesa ou negroide, fatalmente, pela presença e constância, também influenciou a cultura indígena existente hoje.

Presente desde o período colonial, visível em hábitos sociais, alimentos, nomes pessoais, palavras presentes no vocabulário corrente, essa participação do indígena da formação do povo brasileiro, analisada de forma definitiva por Darcy Ribeiro, no livro *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995), encontra-se em um novo estágio e em um novo desafio: o afastamento do aspecto folclórico. O aluno precisa ter consciência que o indígena é sim parte de uma etnia protegida por lei, via Funai, mas é também um indivíduo, que carrega todo o peso de suas opiniões pessoais, defeitos e qualidades, que possui direitos e deveres, assim como qualquer outro. A pluralidade cultural é sempre uma via de muitas mãos.

Considerações Finais

Portanto, esse trabalho desenvolvido em uma parceria entre a Universidade Estadual de Goiás e o Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha em Pires do Rio, enfocando a História e Cultura Indígena para alunos do Ensino Médio, abordou os seguintes aspectos: primeiramente a análise do aspecto legal da mudança da legislação vigente sobre o ensino de cultura indígena, tomando como base os desafios na aplicabilidade da Lei 11.645/2008, que determina a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos da Educação Básica. Em um segundo nível discutiu a produção de material didático específico sobre educação acerca das comunidades indígenas nas escolas, concluindo que a produção existe e é de extrema competência, mas não possui, ainda, ampla difusão entre estudantes

e professores. Talvez por conta disso o desafio principal segue sendo a necessária desconstrução da imagem do indígena pelo aspecto folclórico, que muitas vezes nega sua individualidade, circunscrevendo-o sempre ao comando do grupo. O mais importante, concluímos, é compreender, fugindo de tais simplificações e estereótipos, o alcance da contribuição que os povos indígenas possuem na atual configuração da sociedade brasileira.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao curso de História da UEG – UnU de Pires do Rio e ao Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha.

Referências

BICALHO, Poliene Soares dos Santos; MACHADO, Márcia (Org.) **Artes Indígenas no Cerrado: Saberes, educação e museus**. 1. ed. Goiânia: PUC-GO, 2018. v. 1. 216 p .

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. **Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Educação e Pesquisa, v. 46, p. 1, 2020.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.